

Tesouro deixa de receber as contas de 17% dos municípios

NELSON PEREZ/VALOR

Rodrigo Carro
Do Rio

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) vem perdendo força em 2003 na esfera municipal, conforme atestam os dados enviados pelas 5.562 prefeituras brasileiras ao Tesouro Nacional. Pela LRF, todos os municípios deveriam ter mandado para o Tesouro até 30 de abril deste ano suas contas relativas a 2002. Mas os disponíveis na própria página da instituição mostram que até 19 de setembro 963 municípios — mais de 17% do total — ainda não haviam entregue as contas anuais e estão sujeitos à retenção das transferências de recursos por parte do governo federal.

Quase cinco meses depois do término do prazo de entrega, o número de pendências é muito superior a de anos anteriores. As contas relativas ao exercício de 2000 não foram enviadas até hoje por 158 municípios e as de 2001 deixaram de ser apresentadas por 150 prefeituras.

“Passados três anos, não dá para aceitar entender essa defasagem”, diz o economista José Roberto Afonso, um dos “pais” da LRF, referindo-se ao atraso na entrega dos relatórios em 2003. Trabalhando atualmente como consultor técnico da Câmara dos Deputados lotado na liderança do PSDB, Afonso lembra mesmo em 2000 — primeiro ano de vigência da lei — a resposta dos municípios foi melhor. “Não se pode alegar que o problema é operacional”, alega ele, argumentando que até 2002 o governo federal inves-

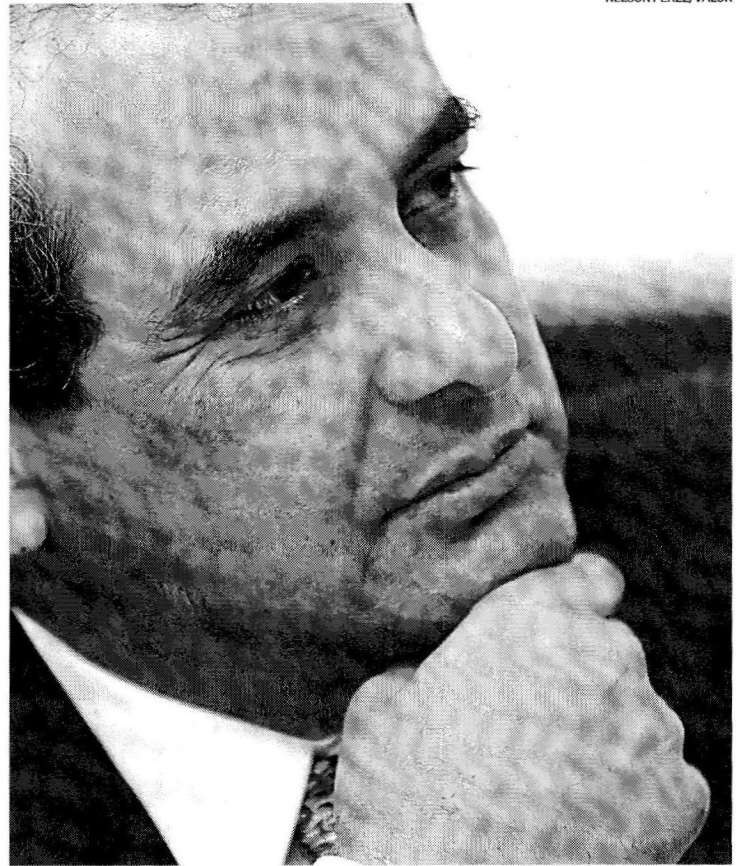
tiu em “software” e treinamento de pessoal para capacitar prefeituras.

Para o economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas, a raiz do problema está nas dificuldades técnicas e de pessoal enfrentadas principalmente pelos pequenos municípios do interior. “Não enxergo qualquer relação entre a chegada do PT ao poder e o aumento do número de municípios que não entregaram relatórios ao Tesouro”, avalia. “Essas prefeituras teriam dificuldade para entregar qualquer relatório que fosse”. Na opinião dele, o governo anterior deveria ter tomado providências com relação a Estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que terminaram 2002 com as contas no vermelho.

No Rio de Janeiro, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), José Gomes Graciosa, reclama que algumas ações previstas pelo governo federal quando da implantação da LRF não estão sendo realizadas. “Há um certo esmorecimento na área de Planejamento”, afirma. “Não estou vendo muita agilidade no Ministério do Planejamento para liberação de verbas destinadas a treinamento.”

A questão do suporte técnico e operacional às prefeituras de pequenas cidades também é levantada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Mas o alvo das críticas da associação não é diretamente o governo federal mas a Caixa Econômica Federal, que desde fevereiro de 2001 é responsável pela coleta dos dados demandados pelo Tesouro.

“A CEF exigiu que o monopólio fosse dela, de olho na possibilidade de



José Gomes Graciosa: “Há um certo esmorecimento na área de Planejamento”

conquistar novos clientes entre as prefeituras”, afirma o presidente CNM, Paulo Ziulkoski. Prefeito da pequena Mariana Pimentel (RS), diz que sofreu na pele com a falta de auxílio técnico e financeiro. “Quando havia um problema com o preenchimento dos relatórios, os funcionários da caixa respondiam que não podiam nos ajudar porque não entendiam de contabilidade

pública”, diz o secretário de finanças de Marian Pimentel, Joel Ghisio.

A Caixa informou que o Sistr, sistema usado para coleta de dados contábeis em Estados e municípios, vem sendo utilizado desde 2001 e que, este ano, o percentual de municípios com pendências é de 14%. A Caixa informou ainda que prepara um programa de capacitação nesta área para 2004.